



Câmara Municipal da Figueira da Foz

DELIBERAÇÕES DAS REUNIÕES DE CÂMARA

10 DE OUTUBRO DE 2017

25 DE OUTUBRO DE 2017

AOD – Período do Antes da Ordem do Dia

Reunião Ordinária de 10 de outubro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Nuno Oliveira Figueiredo e expressar as mais sentidas condolências à família enlutada.

DOMA - Departamento de Obras Municipais e Ambiente

Divisão de Obras e Projetos Municipais

Reunião Ordinária de 10 de outubro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com cinco votos a favor do Presidente e dos Vereadores Carlos Monteiro, Ana Carvalho Oliveira, João Portugal e António Tavares e quatro votos contra dos Vereadores da Coligação Somos Figueira, João Armando, Anabela Tabaçó, Ana Catarina Oliveira e Teresa Machado:

- Ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho do Vice-Presidente, António Tavares, datado de 25 de setembro de 2017, que não aprovou o mapa de quantidades corrigido e aprovou a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, apresentada pela Habitâmega, S.A. no âmbito da empreitada “Reinstalação de Serviços Técnicos Municipais na Zona da Várzea - Instalações”.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho do Presidente, datado de 19 de setembro de 2017, que aprovou a minuta Adicional ao Contrato de Empreitada “Equipamento Social da Freguesia de Vila Verde.
- Ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho do Presidente, datado de 19 de setembro de 2017, que aprovou a minuta do Contrato de Empreitada “Ciclovía do Mondego”.
- Ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho do Presidente datado de 18 de setembro de 2017, que aprovou a prorrogação do prazo



Câmara Municipal da Figueira da Foz

para entrega das propostas por mais dez dias, no âmbito da empreitada “Requalificação do Núcleo Antigo da Figueira da Foz – Requalificação de Ruas”.

- Ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho do Presidente datado de 15 de setembro de 2017, que aprovou a prorrogação do prazo para entrega das propostas por mais quinze dias, no âmbito da empreitada “Qualificação da Frente Marítima de Buarcos”.

- Ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho do Presidente datado de 13 de setembro de 2017, que aprovou a prorrogação do prazo para entrega das propostas por mais dez dias, no âmbito da empreitada “Requalificação Urbana do Cabedelo”.

- Ratificar a lista dos diversos pedidos de apoio logístico já executados e por executar pelo Departamento de Obras Municipais e Ambiente, conforme deliberação de Câmara Municipal de 18 de fevereiro de 2015, ponto 3.1.2 da respetiva ata.

Divisão de Educação e Assuntos Sociais

Educação e Assuntos Sociais

Reunião Ordinária de 10 de outubro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Ratificar o despacho do Vice-Presidente, António Tavares, de 11 de setembro de 2017, que autorizou a minuta do Protocolo de Cooperação entre a Universidade de Coimbra – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e a Câmara Municipal da Figueira da Foz.

OD – Período da Ordem do Dia

Reunião Ordinária de 25 de outubro de 2017

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- Aprovar a proposta de delegação de competências, conferindo ao Presidente da Câmara Municipal as competências relativas às matérias que abaixo se indicam, reguladas pela legislação que também se refere, com possibilidade de subdelegação em qualquer dos Vereadores:

I – REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atualizada):

Nos termos das respetivas alíneas do artigo 33.º:

d) Executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações;

f) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba;



Câmara Municipal da Figueira da Foz

- g) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG;
- h) Alienar em hasta pública, independentemente de autorização da assembleia municipal, bens imóveis de valor superior ao referido na alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano e a respetiva deliberação tenha sido aprovada por maioria de dois terços dos membros da assembleia municipal em efetividade de funções;
- l) Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei;
- q) Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade;
- r) Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central;
- t) Assegurar, incluindo a possibilidade de constituição de parcerias, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal;
- v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;
- w) Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas;
- x) Emitir licenças, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos;
- y) Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, assim como relativamente aos estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos;
- bb) Executar as obras, por administração direta ou empreitada;
- cc) Alienar bens móveis;
- dd) Proceder à aquisição e locação de bens e serviços;
- ee) Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;
- ff) Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal;
- gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
- ii) Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos;
- jj) Deliberar sobre a deambulação e extinção de animais considerados nocivos;
- kk) Declarar prescritos a favor do município, após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;
- ll) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- mm) Designar os representantes do município nos conselhos locais;
- nn) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
- pp) Nomear e exonerar o conselho de administração dos serviços municipalizados;
- qq) Administrar o domínio público municipal;
- rr) Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
- tt) Estabelecer as regras de numeração dos edifícios;



Câmara Municipal da Figueira da Foz

- uu) Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município;
 - ww) Enviar ao Tribunal de Contas as contas do município;
 - xx) Deliberar, no prazo máximo de trinta dias, sobre os recursos hierárquicos impróprios das deliberações do conselho de administração dos serviços municipalizados;
 - yy) Dar cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição;
 - zz) Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município;
 - bbb) Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado;
- Nos termos do artigo 39.º:

b) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal; c) Proceder à marcação e justificação das faltas dos seus membros.

II – REGIME JURÍDICO RELATIVO À REALIZAÇÃO DESPESAS PÚBLICAS (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, na sua versão atualizada).

Nos termos do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, delegar no Presidente a competência para autorizar despesas até ao limite de 748.196,85 €; (setecentos e quarenta e oito mil cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos);

III – REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro e alterado pela Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto, delegar as seguintes competências:

Nos termos do artigo 5.º - Concessão de licenças administrativas para as seguintes operações urbanísticas previstas no n.º 2 do artigo 4.º:

- a) As operações de loteamento;
- b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento;
- c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor;
- d) As obras de conservação, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como de imóveis integrados em conjuntos ou sítios classificados ou em vias de classificação, e as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração exterior ou demolição de imóveis situados em zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação;
- e) Obras de reconstrução das quais resulte um aumento da altura da fachada ou do número de pisos;
- f) As obras de demolição das edificações que não se encontrem previstas em licença de obras de reconstrução;
- h) As obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de imóveis em áreas sujeitas a servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, sem prejuízo do disposto em legislação especial;
- i) Operações urbanísticas das quais resulte a remoção de azulejos de fachada, independentemente da sua confrontação com a via pública ou logradouros;
- j) As demais operações urbanísticas que não estejam sujeitas a comunicação prévia ou isentas de controlo prévio, nos termos do presente diploma.

Nos termos do artigo 5.º - Aprovação da informação prévia regulada nos artigos 14.º e 17.º;
Certificar, para efeitos de registo predial de parcela destacada, em conformidade com o n.º 9 do artigo 6.º;

Emitir certidões, nos termos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 49.º;

Estabelecer as condições de ocupação da via pública por motivo de execução de obras, nos



Câmara Municipal da Figueira da Foz

termos do artigo 57.º;

Fixar o prazo de execução da obra, nos termos do artigo 58.º;

Fixar o prazo, por motivo devidamente fundamentado, para a execução faseada da obra, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 59.º;

Autorizar o pagamento fracionado de taxas, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 117.º;

IV - Competências no âmbito da manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, reguladas no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de dezembro, com as alterações posteriores;

V - As competências relativas ao licenciamento do exercício de Atividades Diversas previstas no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, na sua atual redação;

VI - As competências da Câmara Municipal em matéria de Regulamento Geral do Ruído, nomeadamente na emissão das licenças especiais de ruído e na fiscalização do cumprimento das normas constantes do Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, com a redação atualizada;

VII - As competências de licenciamento no que respeita às Instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de postos de abastecimento de combustíveis, designadamente as previstas no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, na sua versão atualizada;

VIII - As competências da Câmara Municipal previstas no Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto (na sua versão atualizada), que criou o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema.

- Autorizar a transferência do titular do fundo de maneio em conformidade com a proposta dos Serviços, nos termos da Lei.

- Aprovar que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal se realizem nas primeiras e terceiras segundas-feiras de cada mês, com início às 15:00 horas;

- Aprovar a designação como Secretário às reuniões da Câmara Municipal, Ana Sofia Ruivo Canas - Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos, que será substituída, nas suas faltas e impedimentos por Ana Maria Caetano Meneses Simões de Almeida, Técnica Superior, sendo coadjuvadas pela trabalhadora Filomena de Fátima Baeta Simões Aníbal Correia.

- Aceitar a proposta do Presidente de retirar da agenda de trabalhos o assunto “Despacho do Presidente da Câmara de Designação do Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência”, para uma melhor análise e ser presente a uma próxima reunião de Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor do Presidente e dos Vereadores Carlos Monteiro, Ana Carvalho Oliveira, Mafalda Azenha, Nuno Gonçalves e Fernando Pereira, e três votos contra dos Vereadores do PSD, Carlos Tenreiro, Miguel Babo e Ana Elisabete Oliveira:

- Aprovar que as reuniões das terceiras segundas-feiras sejam públicas, com audição do público a partir das 15:00 horas.

- Ratificar as listagens de atos, decisões e autorizações praticados durante o período de gestão, pelo Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, no âmbito da delegação de



Câmara Municipal da Figueira da Foz

competências da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor do Presidente e dos Vereadores Carlos Monteiro, Ana Carvalho Oliveira, Mafalda Paiva, Nuno Gonçalves, e Fernando Pereira, uma abstenção do Vereador do PSD Miguel Babo e dois votos contra dos Vereadores do PSD Carlos Tenreiro e Ana Elisabete Oliveira:

- Nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 58.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na sua versão atualizada, nomear mais dois Vereadores a tempo inteiro, sendo designados para os lugares a Vereadora Mafalda Sofia Mendes Azenha Paiva e o Vereador Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves e a meio tempo designar o Vereador Fernando Miguel Gonçalves Pereira.